Sumário

Capítulo I – Aquisição da cidadania
1.1. Compreensão do vocábulo *cidadania* 13
1.2. Alistamento eleitoral 13
1.3. Domicílio eleitoral e sua transferência 16
1.4. A perda dos direitos políticos a importar na privação da inscrição eleitoral 19
1.5. Organização eleitoral brasileira após a Independência 21

Capítulo II – Sufrágio universal
2.1. A universalidade na aquisição da cidadania 23
2.2. O sufrágio como forma exclusiva do exercício da soberania popular (art. 1° c/c art. 14 da Constituição Federal) 25
2.3. Atividades reservadas ao poder popular de sufrágio: eletividade (transmissão de legitimidade representativa), plebiscito e referendo (deliberação popular direta) 31
2.4. O mandato obtido pelo sufrágio universal é do candidato eleito ou do partido? . . 34

Capítulo III – Da organização do eleitorado
3.1. A Seção Eleitoral: unidade de aglutinação de eleitor e mesa receptora de sufrágios . . 39
3.2. A Zona Eleitoral: área de delimitação espacial da jurisdição eleitoral com as Seções que nelas ficam encravadas 44
3.3. Circunscrições e domicílio eleitoral 46

Capítulo IV – A Justiça Eleitoral
4.1. A jurisdição especializada eleitoral 51
4.2. Peculiar forma de organização: o periódico recrutamento de seus membros e a composição heterogênea de seus órgãos colegiados 51
4.3. Prestação jurisdicional do contencioso eleitoral 58

Capítulo V – O Ministério Público Eleitoral
5.1. Órgãos e composição 63
5.2. A participação do Ministério Público como fator da continuidade contra as ações intermitentes para lisura do processo eleitoral e o exercício promocional dissociado dos antagonismos partidários 67
5.3. A posição de vanguarda reservada ao Ministério Público contra os abusos de poder 70
5.4. As sanções penais e as sanções de inelegibilidade 71

Capítulo VI – Propaganda eleitoral
6.1. Conciliação entre a liberdade e a isonomia na propaganda eleitoral 75
6.2. Limitações à propaganda 78

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3. Distribuição proporcional de horários gratuitos pelos meios de comunicações audiovisuais 81
6.4. Propaganda Eleitoral regrada na lei eleitoral, Lei nº 9.504/97 84
6.5. Condutas vedadas aos Agentes Públicos 102
6.6. Propaganda Eleitoral regrada na Lei nº 12.034/09 107

Capítulo VII – Elegibilidade
7.1. Breve histórico sobre a participação popular no sufrágio universal 119
7.2. Processo de escolha dos candidatos pelos partidos 122
7.3. Registro dos candidatos e sua impugnação 129
7.4. Arguições de inelegibilidade: oportunidades e efeitos 139
7.5. Ação Rescisória Eleitoral 141

Capítulo VIII – Abusos de poder no processo eleitoral
8.1. A infiltração do abuso de poder por diferentes flancos 149
8.2. A apuração de abuso de poder na esfera de competência da Justiça Eleitoral 156
8.3. Pluralidade de procedimentos para combate ao abuso de poder em razão da fase a ser enfrentada 158

Capítulo IX – Dos partidos políticos
9.1. Definição de partido político 169
9.2. O sistema nacional partidário pluralista 169
9.3. A institucionalização democrática dos partidos e a coerência aos métodos democráticos na relação com os filiados 174
9.4. As deliberações partidárias e a disciplina interna, sua fusão e extinção 178
9.5. Propaganda partidária regrada na Lei nº 9.096/95 180

Capítulo X – Crimes eleitorais e o respectivo Processo Penal
10.1. Natureza dos crimes eleitorais 185
10.2. As penas nos crimes eleitorais 190
10.3. Da ação penal eleitoral 192
10.4. Aplicação da Lei nº 9.099/95 aos delitos eleitorais 197

Capítulo XI – Da arrecadação e da prestação de contas na Justiça Eleitoral
11.1. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais 209
11.2. Prestação de contas dos candidatos 217
11.3. Prestação de contas dos Partidos Políticos 224

Anexos
Lei 9.504/97 231
Mensagem nº 1.090/97 255
Lei 12.034/09 257
Súmulas do TSE 271

Bibliografia 273

Índice analítico 275

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br